

ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	380117-ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ	VAGNER GULMINI	24/03/2026 14:20 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	28/2026	006.00121337/2026-38

Preâmbulo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

380117-90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

(380117) -COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ - CNPJ: 96.291.141/0018-28

OBJETO

Aquisição de materiais do kit de higiene, conforme a Resolução SAP nº 026/2013, para atender ao Complexo Penal de Pirajuí. Parte será entregue em remessa única e o restante de forma parcelada, conforme a demanda e a disponibilidade de recursos, nos termos do item 1.4.1 do Termo de Referência nº 37/2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 785.629,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 17/04/2026 - sexta-feira, às 09 h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Modelo de Disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM, para todos os itens, exceto para o item 29

Sumário

1. DO OBJETO... 2
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO... 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO... 4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA... 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES... 7
7. DA FASE DE JULGAMENTO... 9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO... 12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS... 14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA... 14
11. DOS RECURSOS... 14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES... 15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO... 17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS... 18

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 380117-90008/2026

(Processo Administrativo nº 006.00121337/2026-38)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 17/04/2026 ÀS 09h00min(horário de Brasília)

Torna-se público que o(a) **Estado de São Paulo**, por meio do(a) **Secretaria da Administração Penitenciária, Complexo Penal de Pirajuí**, sediado(a) **Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 06, Bairro Aeroporto - Zona Rural, Município de Pirajuí/SP**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DO KIT DE HIGIENE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTES COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3 . 5 . 1 . P a r a o s i t e m s
01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40**

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano - calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para o item 29 a participação é ampla com cota reserva de 25% para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei 14.133 de 2021.

3.5.3. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3.não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4.cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1.Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2.Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,02 (dois centavos)**, e **incidirá sobre o valor unitário do item.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24(vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133 de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos, os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAL, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para

apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.2. Se o licitante for matriz todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para os atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.
- 8.16.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1.A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1.A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar der licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico **www.sei.sp.gov.br**.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): ***cleuberjunior@sp.gov.br***.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema www.comprasnet.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admita a participação de cooperativa no item 3.10).

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.2. ANEXO II– Estudo Técnico Preliminar;

14.15.3 .ANEXO III- Minuta de Termo de Contrato;

14.15.4. ANEXO IV- Cópia do ato normativo sobre Sanções Aplicáveis;

14.15.5. ANEXO V- Modelo Referente a Planilha de Proposta;

14.15.6. ANEXO VI- Modelo de Declaração;

Modelo Adaptado à:

Administração Pública do Estado São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Edital Pregão

Versão atualizada em: 09/01/2026

Pirajuí, 24 de março de 2026.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 14:05:17.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 14:20:50.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

Termo de Referência 37/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	380117-ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ	VAGNER GULMINI	24/03/2026 13:06 (v 0.32)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	28/2026	006.00121337/2026-38

Preâmbulo

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

Processo SEI nº 006.00121337/2026-38

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **MATERIAL DO KIT DE HIGIENE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM SIAFÍSICO	ITEM COMPRAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	BARBEADOR, DE PLASTICO, TIPO DESCARTAVEL, COM 2 LAMINAS DE ACO INOX PARALELAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO	956503	283964	UNID.	12.000	0,38	4.560,00
02	BERMUDA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODAO, COM GRAMATURA DE 210G/M2, CONSTRUCAO DO TIPO SARJA 2/1, MODELO UNISSEX, NO TAMANHO EXG, NA COR BEGE, COS POSTICO, COM ELASTICO EMBUTIDO EM TODO O CONTORNO DA CINTURA, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, SEM BOLSO TRASEIRO, SEM FECHAMENTO, COMPRIMENTO NA ALTURA DO JOELHO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE	4161785	617442	UNID.	1.000	17,80	17.800,00

03	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111DE 12/08/2019	5466377	617444	UNID.	2.000	13,47	26.940,00
04	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466385	617443	UNID.	1.000	12,92	12.920,00
05	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% DE ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5468078	621047	UNID.	1.000	19,50	19.500,00
06	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466504	621048	UNID.	500	19,90	9.950,00
07	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5468051	430177	UNID.	500	27,95	13.975,00
08	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO XG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5493978	620533	UNID.	500	17,50	8.750,00
09	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5464250	618815	UNID.	1.000	17,10	17.100,00
10	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466350	620534	UNID.	500	17,44	8.720,00
11	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08 /2019	5493960	358147	UNID.	500	11,00	5.500,00

12	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE, O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466423	620531	UNID.	1.000	9,80	9.800,00
13	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, MODELO UNISSEX, TAMANHO GG, O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466431	452674	UNID.	500	9,73	4.865,00
14	CANECA PLASTICA, DE POLIPROPILENO NATURAL (ATOXICO) (PP), ESPESSURA MINIMA DE (3MM), DIAMETRO MINIMA DE (80MM), ALTURA MINIMA DE (80MM), COM CAPACIDADE MINIMA PARA (300ML), NA COR AZUL	1727370	473388	UNID.	1.000	1,38	1.380,00
15	SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 39/40, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICOS, COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	4990285	396431	PAR	500	6,35	3.175,00
16	SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 41/42, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICOS, COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	4990293	396435	PAR	1.000	6,20	6.200,00
17	SANDALIA, EM BORRACHA, DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA, TAMANHO 43/44, PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICO), COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	4990315	323019	PAR	500	5,75	2.875,00
18	COBERTOR, SOLTEIRO, MISTO, COMPOSTO DE 75% POLIESTER, 20% ACRILICO, 5% VISCOSE, ANTIALERGICO, PESANDO NO MINIMO 260G/M2, UMA FACE, MEDINDO (LXC) (1,40X2,10) M, NA COR AZUL INDIGO, COSTURA REFORCADA, TIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 2 DE 06/05/2008	5860105	613564	UNID.	3.000	19,80	59.400,00
	COLHER DE PLASTICO OU MADEIRA, EM POLIPROPILENO NATURAL(ATOXICO), MEDINDO NO						

19	MINIMO (16,0)CM, COM CAPACIDADE MINIMA DE (10)ML, ESPESSURA MINIMA DE (3)MM, NA COR AZUL	1618067	279265	UNID.	1.000	0,45	450,00
20	CUECA, CONFECCIONADA EM 100% ALGODAO, DO TIPO SLIP, NA COR AZUL MARINHO, NO TAMANHO GRANDE, SEM ABERTURA FRONTAL, CINTURA COM ACABAMENTO EM ELASTICA	1658557	617439	UNID.	3.000	3,05	9.150,00
21	PASTA DENTAL, EM CREME, USO ADULTO, PESANDO 90 GR, MENTA, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA SODICA, AGUA, SORBITOL, COMPOSICAO AROMATICA, POLIETILENO GLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE, CARBOXIMETIL CELULOSE, CORANTES, FLUORETO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO PLASTIFICADA	3069567	481318	UNID.	12.000	1,24	14.880,00
22	DETERGENTE EM PO, PRINCIPIO ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, SILICATO DE SODIO, CARBONATO DE SODIO, TEOR DE ATIVOS MINIMO DE 8,0%, PH=11,5 MAXIMO, SOLUCAO 1% P/P, PIGMENTOS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, VALIDADE MINIMA DE 20 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA	1332090	255136	SACO 5 QUILOS	1.000	19,50	19.500,00
23	DETERGENTE LIQUIDO, PRINCIPIO ATIVO ANIONICO, DODECILBENZENO SULFONATO DE SODIO, COMPOSICAO BASICA LAURIL ETHER SULFATO DE SODIO, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGANCIAS COMPOSTO POR CONSERVANTES E CORANTES, VALOR DO PH ENTRE 6,5 E 7,5, COMPOSICAO AROMATICA NEUTRO, ACONDICIONADO EMBALAGEM APROPRIADA, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA	3116417	449798	FRASCO 500 ML	6.200	1,28	7.936,00
24	DESINFETANTE, CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO, PRINCIPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZIL AMONIO 1%, COMPOSICAO BASICA MONIL FENOL, POLIGICOL, ESSENCIA, CORANTE, OPALESCENTE CONSERVANTE, AGUA, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, COMPOSICAO AROMATICA LAVANDA, COM VALIDADE DE 18 MESES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONFORME ANVISA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA	2218003	405276	GALÃO 5 LITROS	1.000	6,99	6.990,00
25	ESCOVA DENTAL, ADULTO, COM CERDAS EXTRA MACIA, NA COR AZUL, TIPO COMUM, MODELO ANATOMICO, FUNCIONAMENTO MANUAL, EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, E SUAS CONDICoes DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 1480/90 E 97/96 DO MINISTERIO DA SAUDE	163171	398862	UNID.	2.000	0,58	1.160,00

26	ESPONJA PARA LIMPEZA , TIPO DUPLA FACE, MEDINDO 102X69X28MM, COM FORMATO RETANGULAR, COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	1282816	481020	UNID.	2.000	0,50	1.000,00
27	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466474	356863	UNID.	1.000	14,80	14.800,00
28	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466466	257416	UNID.	1.000	19,48	19.480,00
29	LAMINADO DE ESPUMA , MEDINDO (1,88 X 0,78 X 0,08)M = (CXLXA), COM DENSIDADE 20, NA COR CINZA, AUTO-EXTINGUIVEL, ANTI-CHAMA, VELOCIDADE DE QUEIMA IGUAL A ZERO, PESANDO APROX. 2,35KG, CONFORME NORMAS ABNT/NBR 9178/2003; 14961/2007; 8537/2003; 13579-1/2011; 9429 /2003	3949168	459467	UNID.	2.250 Item de Participação Aberta, vinculado ao item nº 43	58,00	130.500,00
30	LENCOL SEM ELASTICO, DE SOLTEIRO , TECIDO MISTO, 67% POLIESTER E 33% ALGODÃO, MEDINDO (L X C) (1,40 X 2,20)M, NA COR BRANCO, LISO , ACABAMENTO COM BAINHA DE 4 CM EM TODA A EXTENSÃO, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONMETRO N. 02, DE 06/5 /2008	3666000	617099	UNID.	3.000	8,19	24.570,00
31	MEIA, COFECCIONADA EM 70% ALGODÃO 25% POLIAMIDA E 5% ELASTODIENO, TIPO ESPORTE , CANO MEDIO, NO TAMANHO UNICO QUE ATENDENDA DO 37 AO 43, NA COR BRANCA, COM PUNHO RIB (CANELADO VERDADEIRO 1X1), COM 1.5% ELASTANO PARA EFEITO FUNCIONAL DO PUNHO, COM PONTEIRA REFORCADA, COM COSTURA EMBUTIDA TIPO ROSSO, COM FIO 30	3750353	273753	PAR	3.000	1,95	5.850,00
32	PANO DE LIMPEZA, COMPOSTO DE 100% ALGODÃO, MEDINDO (90X70)CM, NO TIPO ALVEJADO , COM VARIAÇÃO DE 10% DE OSCILAÇÃO NAS MEDIDAS, SEM ACABAMENTO, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	2153459	449786	UNID.	1.000	2,32	2.320,00
33	PAPEL HIGIENICO - FOLHA SIMPLES, CLASSE 02, FRAGRANCIA NEUTRA, NA COR BRANCA, ALVURA ISO ENTRE 70 - 80% , INDICE DE MACIEZ ENTRE 6,00 - 6,59 NM/G, RESISTENCIA A TRACAO PONDERADA IGUAL OU MAIOR QUE 90 N/M, QUANTIDADE DE FUIROS ENTRE 100 - 500 MM2/M2, QUANTIDADE DE PINTAS ENTRE 200 - 500 MM2/M2, TEMPO DE ABSORCAO DE AGUA ENTRE 6,0 - 10,0 S, CONFORME NORMA ABNT NBR 15464-1 E 15134, CARACTERISTICAS COMPLEMENTARES: MATERIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL, COMPRIMENTO DO ROLO 30 M - COM TOLERANCIA DE 2%, COM LARGURA DE 10	2916100	620626		1.300	30,30	39.390,00

	CM - COM TOLERANCIA DE 2%, DIAMETRO NO MAXIMO 11,7 CM, LARGURA DO TUBETE 10 CM - COM TOLERANCIA DE 2%, DIAMETRO INTERNO MAIOR QUE 4 CM, ACABAMENTO GOFRADO, PICOTADO, ROTULAGEM CONTENDO: C/IDENTIFICACAO DA CLASSE MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS, AROMA,METRAGEM DO PAPEL, NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ, E-MAIL, TELEFONE DO SAC, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO			FARDP 64 ROLOS			
34	PRATO PLASTICO , DE POLIPROPILENO NATURAL (ATOXICO), ESPESSURA MINIMA DE (2,5MM), DIAMETRO MINIMO DE (197MM), ALTURA MINIMA DE (31MM), COM CAPACIDADE MINIMA DE (600ML),TIPO FUNDO, NA COR AZUL;	1434420	287014	UNID.	1.000	1,43	1.430,00
35	RODO , COM CEPA DE POLIPROPILENO, CEPA MEDINDO 60CM , BORRACHA: NATURAL, DUPLO, COM ESPESSURA 3,5MM (+/-0,05MM), CABO DE MADEIRA REVESTIDO DE POLIPROPILENO, 1 20CM, COM ROSCA, GANCHO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE	5525640	471301	UNID.	800	9,22	7.376,00
36	SABONETE, EM BARRA, COMUM, (PH ENTRE 5.5 A 8.5) NA COR BRANCA , PARA HIGIENE CORPORAL,PESO 90 GRAMAS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA	3061388	444433	UNID.	12.000	0,75	9.000,00
37	TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL , MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 40 , ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	5935016	338345	PAR	500	75,60	37.800,00
38	TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL , MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 42 , ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	5935040	621191	PAR	1.000	68,16	68.160,00
	TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL , MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO						

39	INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 44 , ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	5935067	618661	PAR	500	84,95	42.475,00
40	TOALHA DE BANHO , TAMANHO ADULTO, COMPOSICAO DO TECIDO 100% ALGODAO, PESANDO NO MINIMO 300G /M2, CONTRUCAO DE FELPA, MEDINDO (LXC) (0,70X1,40) M, NA COR BRANCA, LISO, COM BAINHAS NAS BORDAS, RESISTENTE A PROCESSO DE LAVAGEM INDUSTRIAL, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02 DE 06/05/2008, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	3693716	459484	UNID.	3.000	9,73	29.190,00
41	VASSOURA, DOMESTICO , PROPRIEDADES MINIMAS: CEPA EM POLIPROPILENO, MEDINDO (4X21,5X3,5)CM, COM 66 TUFOS, CONTENDO 30 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS DE POLIPROPILENO(PET), TIPO LISA, CEPA PESANDO 240G, CABO DE MADEIRA REVESTIDA DE POLIPROPILENO MEDINDO 120CM, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE	1750690	445649	UNID.	800	6,16	4.928,00
42	VASSOURA, DOMESTICO TIPO VASSOURAO , PROPRIEDADES MINIMAS:CEPA EM POLIPROPILENO, MEDINDO (5X39,5X5,5)CM, COM 132 TUFOS, CONTENDO 40 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS DE POLIPROPILENO, TIPO LISA, CEPA PESANDO 625GRS, CABO DE MADEIRA,CABO MEDINDO 120CM, POLIPROPILENO, ROSCA EM POLIPROPILENO	1884654	446269	UNID.	800	12,98	10.384,00
43	LAMINADO DE ESPUMA , MEDINDO (1,88 X 0,78 X 0,08)M = (CXLXA), COM DENSIDADE 20, NA COR CINZA, AUTO-EXTINGUIVEL,ANTI-CHAMA,VELOCIDADE DE QUEIMA IGUAL A ZERO, PESANDO APROX.2,35KG, CONFORME NORMAS ABNT/NBR 9178/2003;14961/2007;8537/2003; 13579-1/2011;9429/2003	3949168	459467	UNID.	750 Cota de 25% para Participação Exclusiva ME /EPP /Cooperativas. Item de Participação Exclusiva vinculada ao item de nº 29	58,00	43.500,00
VALOR TOTAL ESTIMATIVO (R\$)							785.629,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 14/2026, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4.O prazo de vigência da contratação é de até 30 (trinta) dias, à partir da emissão da nota de empenho, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa única, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, obedecidas as disposições abaixo.

1.4.1.A contratação terá validade até 31 de dezembro de 2026, podendo cada item possuir prazos de entregas distintos, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa parcelada, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as disposições seguintes.

1.4.2.Segue, a seguir, a descrição de como o material deverá ser entregue:

PREVISÃO DE ENTREGAS À PARTIR E DURANTE O MÊS DE MAIO/2026 (CONFORME EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO ESTIMATIVA (PARA ENTREGA COM REMESSA ÚNICA) E ASSINATURA DE TERMO DE CONTRATO(PARA ENTREGA PARCELADA)					
Solicitamos o cumprimento deste cronograma, em razão da necessidade de reposição de estoque e da disponibilidade de recursos, visando a quitação das notas fiscais.					
ITEM	MATERIAL	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO - REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO	FORMA DE ENTREGA (REMESSA ÚNICA OU PARCELADA)
1	BARBEADOR	12.000	0,38	4560,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
2	BERMUDA TAM. EG	1.000	17,80	17800,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
3	BERMUDA TAM. G	2.000	13,47	26940,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E AGOSTO)
4	BERMUDA TAM. GG	1.000	12,92	12920,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E AGOSTO)
5	BLUSA DE MOLETOM TAM. EG	1.000	19,50	19500,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
6	BLUSA DE MOLETOM TAM. G	500	19,90	9950,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
7	BLUSA DE MOLETOM TAM. GG	500	27,95	13975,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
8	CALÇA TAMANHO XG	500	17,50	8750,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
9	CALÇA TAMANHO G	1.000	17,10	17100,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
10	CALÇA TAMANHO GG	500	17,44	8720,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
14	CANECA PLÁSTICA	1.000	1,38	1380,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
15	CHINELO 40	500	6,35	3175,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
16	CHINELO 42	1.000	6,20	6200,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
17	CHINELO 44	500	5,75	2875,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
18	COBERTOR	3.000	19,80	59400,00	REMESSA PARCELADA (MAIO, JULHO E SETEMBRO)
19	COLHER PLÁSTICA	1.000	0,45	450,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
20	CUECA TAMANHO G	3.000	3,05	9150,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
21	CREME DENTAL	12.000	1,24	14880,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E SETEMBRO)
25	ESCOVA DENTAL	2.000	0,58	1160,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
26	ESPONJA DUPLA FACE	2.000	0,50	1000,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO

27	JALECO EG	1.000	14,80	14800,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
28	JALECO GG	1.000	19,48	19480,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
30	LENÇOL	3.000	8,19	24570,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
31	MEIA	3.000	1,95	5850,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
32	PANO DE LIMPEZA	1.000	2,32	2320,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
33	PAPEL HIGIÊNICO	1.300	30,30	39390,00	REMESSA PARCELADA(MAIO, JULHO E OUTUBRO)
34	PRATO PLÁSTICO	1.000	1,43	1430,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
35	RODO PLÁSTICO 60CM COM CABO	800	9,22	7376,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
36	SABONETE	12.000	0,75	9000,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E OUTUBRO)
40	TOALHA DE BANHO	3.000	9,73	29190,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E NOVEMBRO)
41	VASSOURA DOMÉSTICA COM CABO	800	6,16	4928,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
42	VASSOURÃO 40CM COM CABO	800	12,98	10384,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
43	LAMINADO(COTA 25%)	750	58,00	43500,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO

PREVISÃO DE ENTREGAS À PARTIR E DURANTE O MÊS DE JUNHO/2026
(CONFORME EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO ESTIMATIVA (PARA ENTREGA COM REMESSA ÚNICA)
E ASSINATURA DE TERMO DE CONTRATO(PARA ENTREGA PARCELADA)

Solicitamos o cumprimento deste cronograma, em razão da necessidade de reposição de estoque e da disponibilidade de recursos, visando a quitação das notas fiscais.

ITEM	MATERIAL	QUANTI-DADE	VALOR UNITÁRIO - REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO	FORMA DE ENTREGA (REMESSA ÚNICA OU PARCELADA)
11	CAMISETA BRANCA TAMANHO EG	500	11,00	5500,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
12	CAMISETA BRANCA TAMANHO G	1.000	9,80	9800,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
13	CAMISETA BRANCA TAMANHO GG	500	9,73	4865,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
22	DETERGENTE EM PÓ	1.000	19,50	19500,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E AGOSTO)
23	DETERGENTE LÍQUIDO	6.200	1,28	7936,00	ÚNICA NO MÊS DE JULHO
24	DESINFETANTE	1.000	6,99	6990,00	ÚNICA NO MÊS DE JULHO
29	LAMINADO	2.250	58,00	130500,00	REMESSA PARCELADA(OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO)
37	TÊNIS 40	500	75,60	37800,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)
38	TÊNIS 42	1.000	68,16	68160,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)
39	TÊNIS 44	500	84,95	42475,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 14/2026, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

PCA 2026

Contratação nº 380117-28/2026

DFD nº 57/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 14/2026, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles inseridos na descrição do objeto.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não haverá indicação de quaisquer marcas e/ou modelos, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 14/2026.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação não haverá vedação de marca e/ou modelo, desde que os mesmos atendam plenamente as especificações técnicas do objeto contidas no item 1.1 deste Termo de Referência.

Da exigência de amostra(s)

4.4. Não haverá exigência de apresentação de amostra(s).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não haverá exigência de apresentação de carta de solidariedade.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 14/2026.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.7. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para **todos os itens** desta contratação a participação é **exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME e EPP)**, exceto para o item 29, observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.8. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo da entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, à partir da emissão da nota de empenho, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa única, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, obedecidas as disposições abaixo.

5.2. A contratação terá validade até 31 de dezembro de 2026, podendo cada item possuir prazos distintos, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa parcelada, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as disposições seguintes.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues **EXCLUSIVAMENTE** no(s) seguinte(s) endereço(s): Complexo Penal de Pirajuí – **Almoxarifado da Penitenciária 01** – Estrada Vicinal Prefeito Aníbal Haman, km 6, s/nº, Bairro Aeroporto, Zona Rural – Pirajuí (SP), **CEP: 16.602-900**.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II);

6.7.2.O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto Estadual nº 66.220, de 2023, art. 17, IV)

6.7.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2.Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9.O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX)

6.11.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de **até 5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicafe.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto Estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto Estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado **no Banco do Brasil S/A**.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento parcial e/ou total.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORN.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será em duas modalidades, **uma parte será entregue integralmente, em uma única remessa**, enquanto **a outra será fornecida de forma parcelada**, de acordo com a demanda do Complexo Penal de Pirajuí, **conforme item 1.4.2 do item 1 deste Termo de Referência**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras Comprovações

8.20. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.20.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.20.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.20.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.20.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.20.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.20.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.20.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 785.629,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **00001/380117**;

II) Fonte de Recursos: **150.010.001**;

III) Programa de Trabalho: **14.421.3815.6579.0000**;

IV) Elemento de Despesa: **339030-12/13/14/15/39/63**/;

V) Plano Interno: **007.008.0538**

Modelo Adaptado à:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Pirajuí, 24 de março de 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho para aprovação.

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 09:59:35.

Despacho: Aprovo o Termo de Referência em questão, haja vista estar em conformidade com a legislação vigente e com a devida observância, aos princípios que regem a Administração Pública.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Chefe de Departamento de Complexo Penal - Autoridade Competente



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 13:06:39.

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00121337/2026-38

2. Descrição da necessidade

A aquisição de **material do kit de higiene** se faz necessária para atender demanda do Serviço de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional.

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade demonstrar a necessidade, viabilidade e adequação da contratação para aquisição de **materiais do kit de higiene** destinados ao atendimento das demandas do Complexo Penal de Pirajuí, por meio de Pregão Eletrônico, em conformidade com a **Resolução SAP 026/2013 e a Lei Federal nº 14.133/2021**.

O Complexo Penal de Pirajuí abriga população carcerária significativa, além de servidores e colaboradores que desempenham atividades administrativas e operacionais diariamente.

A higienização adequada das unidades prisionais é medida essencial para:

Preservação da saúde de servidores, custodiados e visitantes;

Prevenção de doenças infectocontagiosas;

Atendimento às normas sanitárias e de vigilância epidemiológica;

Manutenção das condições mínimas de salubridade e dignidade no ambiente prisional;

A **Resolução SAP nº 026/2013**, da Secretaria da Administração Penitenciária em São Paulo, prevê o fornecimento de **vestimentas aos presos** como parte da chamada **assistência material**.

Cumprimento das diretrizes da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

A ausência ou insuficiência desses materiais compromete a rotina operacional e pode gerar riscos sanitários e administrativos.

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

A aquisição encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, estando alinhada ao planejamento orçamentário da Unidade Gestora.

CONTRATAÇÃO 380117-28/2026 - DFD 380117-57/2025(anexo), aprovado no PCA de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Formação Educacional Trabalho e Capacitação Profissional	Leonardo Saes Fazon

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação pretendida deverá observar todos os elementos do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, inclusive o Termo de Referência, que dispõe sobre as descrições do objeto e condições para seu fornecimento, assim como o contrato.

Os materiais deverão:

Atender às especificações técnicas usuais de mercado;

Possuir qualidade compatível com uso contínuo e institucional;

Estar em conformidade com normas da ANVISA, quando aplicável;

Ser entregues em embalagem original, lacrada e com validade mínima adequada;

Ser fornecidos conforme cronograma e quantitativos definidos no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

Os itens indicados para compra foram definidos de acordo com as necessidades deste Complexo Penal, mediante consulta ao estoque do almoxarifado e ao catálogo de materiais disponível no sistema Compras.gov.br, em consonância com as descrições individualizadas constantes no Catálogo Siafísico, prevalecendo, por escolha mais apropriada às nossas necessidades, o que consta na descrição dos respectivos itens no catálogo Siafísico. Sendo realizada pesquisa de preços no Sistema Compras.gov, com os demonstrativos de valores contratados, para possibilitar a definição do valor referencial dos respectivos itens de materiais a serem licitados. O valor referencial equivalerá **ao valor da mediana** constante no **Relatório nº 12/2026**.

Frise-se que prevalecem as especificações técnicas do descritivo dos respectivos itens contidas no Termo de Referência, quando houverem divergências entre as informações constantes no Catálogo Siafísico e no catálogo de materiais do sistema Compras.gov.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto, caracterizado como de natureza comum, será adquirido em conformidade com os regramentos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio do sistema Compras.gov.br, de responsabilidade do Governo Federal.

Os itens serão encaminhados a esta unidade em duas modalidades: **uma parte será entregue integralmente, em uma única remessa**, enquanto **a outra será fornecida de forma parcelada**, de acordo com a demanda do Complexo Penal de Pirajuí, composto pela Penitenciária “Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz” (Unidade Prisional 1) e pela Penitenciária “Luiz Gonzaga Vieira” (Unidade Prisional 2).

A entrega será realizada exclusivamente na Penitenciária “Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz” (Unidade Prisional 1). Endereço: Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, km06m, Bairro Aeroporto, CEP: 16.602-900- Pirajuí /SP, Período: Segunda à sexta-feira das 08h00m às 11h30m e das 13h30m às 16h00m.

Para determinar se a entrega ocorreria de uma só vez ou em etapas, foram considerados fatores como a disponibilidade dos materiais em estoque, a demanda por recebimento, o custo total estimado de cada item e a existência de recursos orçamentários no período de maio a dezembro de 2026.

Segue, a seguir, a descrição de como o material deverá ser entregue:

PREVISÃO DE ENTREGA À PARTIR E DURANTE O MÊS DE MAIO/2026					
(CONFORME EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO ESTIMATIVA (PARA ENTREGA COM REMESSA ÚNICA)					
E ASSINATURA DE TERMO DE CONTRATO(PARA ENTREGA PARCELADA)					
Solicitamos o cumprimento deste cronograma, em razão da necessidade de reposição de estoque e da disponibilidade de recursos, visando a quitação das notas fiscais.					
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO - REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO	FORMA DE ENTREGA (REMESSA ÚNICA OU PARCELADA)
1	BARBEADOR	12.000	0,38	4560,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
2	BERMUDA TAM. EG	1.000	17,80	17800,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
3	BERMUDA TAM. G	2.000	13,47	26940,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E AGOSTO)
4	BERMUDA TAM. GG	1.000	12,92	12920,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E AGOSTO)
5	BLUSA DE MOLETOM TAM. EG	1.000	19,50	19500,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
6	BLUSA DE MOLETOM TAM. G	500	19,90	9950,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
7	BLUSA DE MOLETOM TAM. GG	500	27,95	13975,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
8	CALÇA TAMANHO XG	500	17,50	8750,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
9	CALÇA TAMANHO G	1.000	17,10	17100,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
10	CALÇA TAMANHO GG	500	17,44	8720,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
14	CANECA PLÁSTICA	1.000	1,38	1380,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
15	CHINELO 40	500	6,35	3175,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
16	CHINELO 42	1.000	6,20	6200,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
17	CHINELO 44	500	5,75	2875,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
18	COBERTOR	3.000	19,80	59400,00	REMESSA PARCELADA (MAIO, JULHO E SETEMBRO)
19	COLHER PLÁSTICA	1.000	0,45	450,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
20	CUECA TAMANHO G	3.000	3,05	9150,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
21	CREME DENTAL	12.000	1,24	14880,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E SETEMBRO)
25	ESCOVA DENTAL	2.000	0,58	1160,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
26	ESPONJA DUPLA FACE	2.000	0,50	1000,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
27	JALECO EG	1.000	14,80	14800,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
28	JALECO GG	1.000	19,48	19480,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
30	LENÇOL	3.000	8,19	24570,00	REMESSA PARCELADA(MAIO E AGOSTO)
31	MEIA	3.000	1,95	5850,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
32	PANO DE LIMPEZA	1.000	2,32	2320,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
33	PAPEL HIGIÊNICO	1.300	30,30	39390,00	REMESSA PARCELADA(MAIO, JULHO E OUTUBRO)
34	PRATO PLÁSTICO	1.000	1,43	1430,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
35	RODO PLÁSTICO 60CM COM CABO	800	9,22	7376,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
36	SABONETE	12.000	0,75	9000,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E OUTUBRO)
40	TOALHA DE BANHO	3.000	9,73	29190,00	REMESSA PARCELADA (MAIO E NOVEMBRO)
41	VASSOURA DOMÉSTICA COM CABO	800	6,16	4928,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO

42	VASSOURÃO 40CM COM CABO	800	12,98	10384,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO
43	LAMINADO(COTA 25%)	750	58,00	43500,00	REMESSA ÚNICA NO MÊS DE MAIO

PREVISÃO DE ENTREGA À PARTIR E DURANTE O MÊS DE JUNHO/2026 (CONFORME EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO ESTIMATIVA)					
Solicitamos o cumprimento deste cronograma, em razão da necessidade de reposição de estoque e da disponibilidade de recursos, visando a quitação das notas fiscais.					
ITEM	MATERIAL	QUANTI- DADE	VALOR UNITÁRIO - REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO	FORMA DE ENTREGA (REMESSA ÚNICA OU PARCELADA)
11	CAMISETA BRANCA TAMANHO EG	500	11,00	5500,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
12	CAMISETA BRANCA TAMANHO G	1.000	9,80	9800,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
13	CAMISETA BRANCA TAMANHO GG	500	9,73	4865,00	REMESSA PARCELADA (JUNHO E AGOSTO)
22	DETERGENTE EM PÓ	1.000	19,50	19500,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E AGOSTO)
23	DETERGENTE LÍQUIDO	6.200	1,28	7936,00	ÚNICA NO MÊS DE JULHO
24	DESINFETANTE	1.000	6,99	6990,00	ÚNICA NO MÊS DE JULHO
29	LAMINADO	2.250	58,00	130500,00	REMESSA PARCELADA(OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO)
37	TÊNIS 40	500	75,60	37800,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)
38	TÊNIS 42	1.000	68,16	68160,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)
39	TÊNIS 44	500	84,95	42475,00	REMESSA PARCELADA(JULHO E SETEMBRO)

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A compra do objeto visa contemplar às necessidades de **materiais do kit de higiene** destinados ao atendimento das demandas do Complexo Penal de Pirajuí, por meio de Pregão Eletrônico, em conformidade com a **Resolução SAP 026/2013 e a Lei Federal nº 14.133/2021**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ITEM SIAFÍSICO	ITEM COMPRAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE

01	BARBEADOR , DE PLASTICO, TIPO DESCARTAVEL, COM 2 LAMINAS DE ACO INOX PARALELAS, EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO	956503	283964	UNID.	12.000
02	BERMUDA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODAO, COM GRAMATURA DE 210G/M2, CONSTRUCAO DO TIPO SARJA 2/1, MODELO UNISSEX, NO TAMANHO EXG , NA COR BEGE , COS POSTICO, COM ELASTICO EMBUTIDO EM TODO O CONTORNO DA CINTURA, COM 02 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS, SEM BOLSO TRASEIRO, SEM FECHAMENTO, COMPRIMENTO NA ALTURA DO JOELHO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE	4161785	617442	UNID.	1.000
03	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111DE 12/08/2019	5466377	617444	UNID.	2.000
04	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BERMUDA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466385	617443	UNID.	1.000
05	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% DE ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5468078	621047	UNID.	1.000
06	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466504	621048	UNID.	500
07	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO BLUSA FLANELADA , CONFECCIONADO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, NA COR MARROM ESCURO , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5468051	430177	UNID.	500
08	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO XG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5493978	620533	UNID.	500
09	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5464250	618815	UNID.	1.000

10	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CALÇA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO , NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466350	620534	UNID.	500
11	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO , NA COR BRANCA , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5493960	358147	UNID.	500
12	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO , NA COR BRANCA , MODELO UNISSEX, TAMANHO GRANDE , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466423	620531	UNID.	1.000
13	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO CAMISETA , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO , NA COR BRANCA , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12/08/2019	5466431	452674	UNID.	500
14	CANECA PLASTICA , DE POLIPROPILENO NATURAL (ATOXICO) (PP), ESPESSURA MINIMA DE (3MM), DIAMETRO MINIMA DE (80MM), ALTURA MINIMA DE (80MM), COM CAPACIDADE MINIMA PARA (300ML) , NA COR AZUL	1727370	473388	UNID.	1.000
15	SANDALIA, EM BORRACHA , DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA , TAMANHO 39/40 , PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICOS, COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	4990285	396431	PAR	500
16	SANDALIA, EM BORRACHA , DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO (FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA , TAMANHO 41/42 , PALMILHA MACIA, SOLADO ANTITERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICOS, COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO	4990293	396435	PAR	1.000
17	SANDALIA, EM BORRACHA , DO TIPO DE TIRAS CONFECCIONADA EM COMPOSTO DE PVC INJETADO(FORMATO DE UM " Y "), MODELO UNISSEX, NA COR PRETA , TAMANHO 43/44 , PALMILHA MACIA, SOLADO ANTIDERRAPANTE (BORRACHA VULCANIZADA CONVENCIONAL E ELASTÔMEROS TERMOPLASTICO),	4990315	323019	PAR	500

	COM SUPERFICIE SUPERIOR TEXTURIZADA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO E ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELAO				
18	COBERTOR, SOLTEIRO, MISTO, COMPOSTO DE 75% POLIESTER, 20% ACRILICO, 5% VISCOSE, ANTIALERGICO, PESANDO NO MINIMO 260G/M2, UMA FACE, MEDINDO (LXC) (1,40X2,10) M, NA COR AZUL INDIGO, COSTURA REFORCADA, TIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 2 DE 06/05/2008	5860105	613564	UNID.	3.000
19	COLHER DE PLASTICO OU MADEIRA, EM POLIPROPILENO NATURAL(ATOXICO), MEDINDO NO MINIMO (16,0)CM, COM CAPACIDADE MINIMA DE (10)ML, ESPESSURA MINIMA DE (3)MM, NA COR AZUL	1618067	279265	UNID.	1.000
20	CUECA, CONFEIONADA EM 100% ALGODAO, DO TIPO SLIP, NA COR AZUL MARINHO, NO TAMANHO GRANDE, SEM ABERTURA FRONTAL, CINTURA COM ACABAMENTO EM ELASTICA	1658557	617439	UNID.	3.000
21	PASTA DENTAL, EM CREME, USO ADULTO, PESANDO 90 GR, MENTA, COMPOSTO DE FLUOR, LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA SODICA, AGUA, SORBITOL,COMPOSICAO AROMATICA, POLIETILENO GLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE, CARBOXIMETIL CELULOSE,CORANTES, FLUORETO DE SODIO, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO PLASTIFICADA	3069567	481318	UNID.	12.000
22	DETERGENTE EM PO, PRINCIPIO ATIVO ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, SILICATO DE SODIO, CARBONATO DE SODIO, TEOR DE ATIVOS MINIMO DE 8,0%,PH=11,5 MAXIMO,SOLUCAO 1% P/P, PIGMENTOS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, VALIDADE MINIMA DE 20 MESES A PARTIRDA DATA DE ENTREGA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA	1332090	255136	SACO 5 QUILOS	1.000
23	DETERGENTE LIQUIDO, PRINCIPIO ATIVO ANIONICO, DODECILBENZENO SULFONATO DE SODIO, COMPOSICAO BASICA LAURIL ETER SULFATO DE SODIO, PRESERVANTES,SEQUESTRANTE,ESPESSANTE, FRAGANCIAS COMPOSTO POR CONSERVANTES E CORANTES, VALOR DO PH ENTRE 6,5 E 7,5, COMPOSICAO AROMATICA NEUTRO, ACONDICIONADO EMBALAGEM APROPRIADA, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA	3116417	449798	FRASCO 500 ML	6.200
24	DESINFETANTE, CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO, PRINCIPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZIL AMONIO 1%, COMPOSICAO BASICA MONIL FENOL, POLIGICOL,ESSENCIA,CORANTE,OPALESCENTE CONSERVANTE,AGUA, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUIMICAS PERMITIDAS, COMPOSICAO AROMATICA LAVANDA,COM VALIDADE DE 18 MESES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA,	2218003	405276	GALÃO 5 LITROS	1.000

	CONFORME ANVISA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA				
25	ESCOVA DENTAL , ADULTO, COM CERDAS EXTRA MACIA, NA COR AZUL, TIPO COMUM, MODELO ANATOMICO,FUNCCIONAMENTO MANUAL, EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, E SUAS CONDIC0ES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 1480/90 E 97/96 DO MINISTERIO DA SAUDE	163171	398862	UNID.	2.000
26	ESPONJA PARA LIMPEZA , TIPO DUPLA FACE, MEDINDO 102X69X28MM, COM FORMATO RETANGULAR, COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	1282816	481020	UNID.	2.000
27	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO EG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466474	356863	UNID.	1.000
28	UNIFORME PARA SAP, DO TIPO JALECO , CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, NA COR BEGE , MODELO UNISSEX, TAMANHO GG , O MATERIAL DEVERA ATENDER PLENAMENTE A RESOLUÇÃO SAP 111 DE 12 /08/2019	5466466	257416	UNID.	1.000
29	LAMINADO DE ESPUMA , MEDINDO (1,88 X 0,78 X 0,08)M = (CXLXA), COM DENSIDADE 20, NA COR CINZA, AUTO-EXTINGUIVEL,ANTI-CHAMA,VELOCIDADE DE QUEIMA IGUAL A ZERO, PESANDO APROX.2,35KG, CONFORME NORMAS ABNT/NBR 9178/2003;14961/2007;8537/2003; 13579-1/2011;9429 /2003	3949168	459467	UNID.	2.250 Item de Participação Aberta, vinculado ao item nº 43
30	LENCOL SEM ELASTICO, DE SOLTEIRO , TECIDO MISTO, 67% POLIESTER E 33% ALGODAO, MEDINDO (L X C) (1,40 X2,20)M, NA COR BRANCO, LISO , ACABAMENTO COM BAINHA DE 4 CM EM TODA A EXTENSAO, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO CONMETRO N. 02, DE 06/5 /2008	3666000	617099	UNID.	3.000
31	MEIA, COFECCIONADA EM 70% ALGODAO 25% POLIAMIDA E 5% ELASTODIENO, TIPO ESPORTE ,CANO MEDIO, NO TAMANHO UNICO QUE ATENDENDA DO 37 AO 43, NA COR BRANCA, COM PUNHO RIB(CANELADO VERDADEIRO 1X1),COM 1.5% ELASTANO PARA EFEITO FUNCIONAL DO PUNHO, COM PONTEIRA REFORCADA, COM COSTURA EMBUTIDA TIPO ROSSO, COM FIO 30	3750353	273753	PAR	3.000
32	PANO DE LIMPEZA, COMPOSTO DE 100% ALGODAO, MEDINDO (90X70)CM, NO TIPO ALVEJADO , COM VARIACAO DE 10% DE OSCILACAO NAS MEDIDAS, SEM ACABAMENTO, NA COR BRANCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	2153459	449786	UNID.	1.000

33	<p>PAPEL HIGIENICO - FOLHA SIMPLES, CLASSE 02, FRAGRANCIA NEUTRA, NA COR BRANCA, ALVURA ISO ENTRE 70 - 80%, INDICE DE MACIEZ ENTRE 6,00 - 6,59 NM/G, RESISTENCIA A TRACAO PONDERADA IGUAL OU MAIOR QUE 90 N/M, QUANTIDADE DE FUROS ENTRE 100 - 500 MM2/M2, QUANTIDADE DE PINTAS ENTRE 200 - 500 MM2/M2, TEMPO DE ABSORCAO DE AGUA ENTRE 6,0 - 10,0 S, CONFORME NORMA ABTN NBR 15464-1 E 15134, CARACTERISTICAS COMPLEMENTARES: MATERIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL, COMPRIMENTO DO ROLO 30 M - COM TOLERANCIA DE 2%, COM LARGURA DE 10 CM - COM TOLERANCIA DE 2%, DIAMETRO NO MAXIMO 11,7 CM, LARGURA DO TUBETE 10 CM - COM TOLERANCIA DE 2%, DIAMETRO INTERNO MAIOR QUE 4 CM, ACABAMENTO GOFRADO, PICOTADO, ROTULAGEM</p> <p>CONTENDO: C/IDENTIFICACAO DA CLASSE MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS, AROMA,METRAGEM DO PAPEL, NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ, E-MAIL, TELEFONE DO SAC, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO</p>	2916100	620626	FARDP 64 ROLOS	1.300
34	<p>PRATO PLASTICO, DE POLIPROPILENO NATURAL (ATOXICO), ESPESSURA MINIMA DE (2,5MM), DIAMETRO MINIMO DE (197MM), ALTURA MINIMA DE (31MM), COM CAPACIDADE MINIMA DE (600ML),TIPO FUNDO, NA COR AZUL;</p>	1434420	287014	UNID.	1.000
35	<p>RODO, COM CEPA DE POLIPROPILENO, CEPA MEDINDO 60CM, BORRACHA: NATURAL, DUPLO, COM ESPESSURA 3,5MM (+/-0,05MM), CABO DE MADEIRA REVESTIDO DE POLIPROPILENO, 1 20CM, COM ROSCA, GANCHO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE</p>	5525640	471301	UNID.	800
36	<p>SABONETE, EM BARRA, COMUM, (PH ENTRE 5.5 A 8.5) NA COR BRANCA, PARA HIGIENE CORPORAL,PESO 90 GRAMAS, PRODUTO SUJEITO A VERIFICACAO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA</p>	3061388	444433	UNID.	12.000
37	<p>TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL, MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO; LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 40, ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA</p>	5935016	338345	PAR	500

38	TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL , MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 42 , ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	5935040	621191	PAR	1.000
39	TENIS ESPORTIVO, PARA FUTSAL , MATERIAL SINTÉTICO NO CABEDAL/RASPA NA BIQUEIRA, FORRO INTERNO ACOLCHOADO EM POLIESTER, PALMILHA ANATOMICA FIXA, PERFIL BAIXO, LINGUETA FIXA E AJUSTE DO CADARÇO, ENTRESSOLA EM EVA PARA AMORTECIMENTO, CABEDAL COM COSTURA, SOLADO DE BORRACHA COM PONTO DE GIRO, PRETO, NUMERO 44 , ACONDICIONADO DE FORMA APROPRIADA	5935067	618661	PAR	500
40	TOALHA DE BANHO , TAMANHO ADULTO, COMPOSICAO DO TECIDO 100% ALGODAO, PESANDO NO MINIMO 300G /M2, CONTRUCAO DE FELPA, MEDINDO (LXC) (0,70X1,40) M, NA COR BRANCA, LISO, COM BAINHAS NAS BORDAS, RESISTENTE A PROCESSO DE LAVAGEM INDUSTRIAL, ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUCAO DA CONMETRO N. 02 DE 06/05/2008, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	3693716	459484	UNID.	3.000
41	VASSOURA, DOMESTICO , PROPRIEDADES MINIMAS: CEPA EM POLIPROPILENO, MEDINDO (4X21,5X3,5)CM, COM 66 TUFOS, CONTENDO 30 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS DE POLIPROPILENO(PET), TIPO LISA, CEPA PESANDO 240G, CABO DE MADEIRA REVESTIDA DE POLIPROPILENO MEDINDO 120CM, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ROSCA EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE	1750690	445649	UNID.	800
42	VASSOURA , DOMESTICO TIPO VASSOURAO, PROPRIEDADES MINIMAS:CEPA EM POLIPROPILENO, MEDINDO (5X39,5X5,5)CM, COM 132 TUFOS, CONTENDO 40 CERDAS POR TUFO, COM CERDAS DE POLIPROPILENO, TIPO LISA, CEPA PESANDO 625GRS, CABO DE MADEIRA,CABO MEDINDO 120CM, POLIPROPILENO, ROSCA EM POLIPROPILENO	1884654	446269	UNID.	800
43	LAMINADO DE ESPUMA , MEDINDO (1,88 X 0,78 X 0,08)M = (CXLXA), COM DENSIDADE 20, NA COR CINZA, AUTO-EXTINGUIVEL,ANTI-CHAMA,VELOCIDADE DE QUEIMA IGUAL A ZERO, PESANDO APROX.2,35KG, CONFORME NORMAS ABNT/NBR 9178/2003;14961/2007;8537/2003; 13579-/2011;9429/2003	3949168	459467	UNID.	750 Cota de 25% para Participação Exclusiva ME/EPP /Cooperativas. Item de Participação Exclusiva vinculada ao item de nº 29

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades foram estimadas com base:

- No consumo médio mensal do exercício anterior;
- No número de internos e servidores;
- Na projeção de utilização para 9 (nove) meses.

A planilha detalhada constará no Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 785.629,00

Para a aquisição dos itens, estima-se o custo total de **R\$ 785.629,00** (setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e vinte e nove reais), conforme delineado em tabela no item 7.

Os valores estimados estão em consonância com as disposições do artigo 3º, inciso I, do Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, e são obtidos mediante consulta junto ao módulo de Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br., representado pelo **Relatório nº 12/2026**, anexo aos autos, **cujo valor da mediana de cada um dos respectivos itens será o valor do preço referencial**. Diante disso, a modalidade mais adequada é o **Pregão Eletrônico**, por se tratar de bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em acolhimento ao disposto no artigo 40, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, os itens **pretendidos serão licitados por valor unitário**, e os itens serão encaminhados a esta unidade em duas modalidades: **uma parte será entregue integralmente, em uma única remessa**, enquanto **a outra será fornecida de forma parcelada**, visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado a fim de fomentar a ampliação da disputa entre os licitantes, para obtenção da proposta mais vantajosa, conferindo maior economicidade à administração.

JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto será ser dividido em itens individuais, considerando:

- A natureza divisível dos produtos;
- A ampliação da competitividade;
- A viabilidade logística.

Recomenda-se, preferencialmente, a adjudicação por item, salvo justificativa técnica diversa.

JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se porque:

- Trata-se de bens comuns;
- Permite maior competitividade;

- Garante transparência e economicidade;
- Possibilita disputa de lances, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa;
- Está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto pretendido prioriza o atendimento de necessidades materiais, que possam contribuir para o pleno funcionamento administrativo e segurança desta instituição. O repasse de recursos está consonância com o Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, o qual regulamenta o inciso VII do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.

A aquisição está alinhada às diretrizes de manutenção da infraestrutura e condições sanitárias adequadas nas unidades prisionais, em conformidade com o Plano de Ação da Secretaria de Administração Penitenciária, que visa garantir segurança, salubridade e eficiência operacional nos estabelecimentos sob sua gestão.

O investimento contribui diretamente para a continuidade dos serviços essenciais, preservação da estrutura predial e mitigação de riscos à saúde e segurança ocupacional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios esperados:

- **Garantia das condições adequadas de higiene e salubridade**
Assegura a limpeza contínua das dependências administrativas, pavilhões, áreas comuns, cozinha, enfermaria e demais instalações, contribuindo para um ambiente salubre e adequado ao cumprimento da função institucional.
- **Prevenção de doenças e controle sanitário**
Reduz riscos de contaminações, proliferação de pragas, fungos e bactérias, promovendo melhores condições de saúde para servidores, custodiados e visitantes.
- **Cumprimento de normas sanitárias e regulamentares**
Atende às exigências da vigilância sanitária, normativas internas da Secretaria da Administração Penitenciária e demais legislações aplicáveis.
- **Manutenção da ordem e disciplina institucional**
Ambientes limpos e organizados contribuem para a manutenção da disciplina, segurança e adequada rotina carcerária.
- **Continuidade dos serviços públicos essenciais**
Evita interrupções nas atividades administrativas e operacionais por falta de insumos básicos de higienização.
- **Racionalização de custos e melhor gestão de estoque**
Permite planejamento adequado do consumo, evitando aquisições emergenciais — que geralmente apresentam custo mais elevado — e prevenindo desperdícios.

- Preservação do patrimônio público
A limpeza adequada contribui para a conservação de móveis, equipamentos e estruturas físicas, aumentando sua vida útil e reduzindo gastos com manutenção corretiva.
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores
Proporciona ambiente laboral mais seguro, organizado e saudável.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à contratação, deverá ocorrer a formalização dos trâmites administrativos relacionados à instrução processual, dentre estes, a definição do objeto, análises prévias, pesquisa de preços, verificação da disponibilidade orçamentária, autorização da autoridade competente, realização do procedimento licitatório, publicidade dos atos, observadas as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais regramentos aplicáveis.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

- Elaboração do Termo de Referência;
- Realização da pesquisa de preços;
- Indicação de gestor e fiscal do contrato;
- Disponibilização de espaço adequado para armazenamento.

ANÁLISE DE RISCOS

Principais riscos identificados:

- Atraso na entrega;
- Fornecimento de produtos fora das especificações;
- Oscilação de preços.

Medidas mitigadoras:

- Cláusulas contratuais de penalidade;
- Fiscalização do recebimento;
- Pesquisa de preços consistente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os itens indicados para compra foram definidos de acordo com as necessidades deste Complexo Penal, mediante consulta ao catálogo de materiais disponível no sistema Compras.gov.br, em consonância com as descrições individualizadas constantes no catálogo de materiais SIAFÍSICO/SP, nos constam as normais vigentes a serem observadas pela contratada para produção, armazenamento e transporte dos materiais, incluindo impactos ambientais e critérios de sustentabilidade.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Poderão ser adotadas medidas como:

- Preferência por produtos biodegradáveis;
- Aquisição de embalagens recicláveis;
- Orientação para descarte adequado de resíduos;
- Redução de desperdícios.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos a aquisição constante no ETP nº 14/2026 viável, do ponto de vista legal, orçamentário, financeiro, administrativo e institucional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER GULMINI

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 09:00:08.

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 09:53:16.

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 09:55:41.

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ

Contrato 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	380117-ESP-PENIT. DR.WALTER F.P. QUEIROZ	VAGNER GULMINI	24/03/2026 09:45 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.000121337/2026-38

Preâmbulo

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES-LICITAÇÃO

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

(Processo Administrativo nº 006.00121337/2026-38)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA- COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ E _____

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária por meio do Complexo Penal de Pirajuí, com sede a Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, km 06, na cidade de Pirajuí/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 96.291.141/0018-28, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Cleuber Ferreira Mantovanini Junior, Chefe de Departamento de Complexo Penal, nomeado(a) pelo Decreto nº 69.228, de 23/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 26/12/2024, regulamentada pela Resolução SAP nº 128, de 26/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27/12/2024, inscrito no CPF sob o nº 289.821.488-41, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, inscrito no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 006.00121337/2026-38 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº 380117-90008/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DO KIT DE HIGIENE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTE COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT BEC SP	CÓDIGO COMPRAS GOV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
2							
3							
...							

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será **com ENTREGA ÚNICA OU PARCELADA (de acordo com o item 1.4.1 do item 1 do Termo de Referência), conforme aplicável ao caso.**

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. **O prazo de vigência da contratação é de até 30 (trinta) dias, à partir da emissão da nota de empenho, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa única, conforme item 1.4.1 do item 1 do Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

OU, conforme aplicável ao caso, de acordo com o item 1.4.1 do item 1 do Termo de Referência.

2.1.2. **A contratação terá validade até 31 de dezembro de 2026, podendo cada item possuir prazos de entregas distintos, conforme item 1.4.1 do item 1 do Termo de Referência, contados a partir da data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual, aplicável aos itens cuja entrega ocorrerá em remessa parcelada, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

- 2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- 2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a __/__/__(DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

7.6.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8.O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 15 (quinze) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do contratante;

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de

modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.4. O Contratado deverá observar a vedação constante no Decreto estadual nº 68.829, de 04 de setembro de 2024.

10. Cláusula décima - garantia de execução

10.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. Cláusula décima primeira - infrações e sanções administrativas

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. Cláusula décima segunda - da extinção contratual

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei n.º 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. Cláusula décima terceira - dotação orçamentária

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001/380117;
- II. Fonte de Recursos: 150.010.001;
- III. Programa de Trabalho: 14.421.3815.6579.0000;
- IV. Elemento de Despesa: 339030-12,13,14,15,39 e 63;
- V. Plano Interno: 007.008.053

14. Cláusula décima quarta - dos casos omissos

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

15. Cláusula décima quinta - alterações

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. Cláusula décima sexta - publicação

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. Cláusula décima sétima - foro

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Pirajuí, _____ de _____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Modelo adaptado a:

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Contrato Administrativo - Aquisição– Licitação

Versão atualizada em: 01/01/2026

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VAGNER GULMINI

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos

RICARDO LUIZAO GARZIM

Chefe de Serviço de Administração

CLEUBER FERREIRA MANTOVANINI JUNIOR

Chefe de Departamento de Complexo Penal - Autoridade Competente

**ANEXO IV – CÓPIA DO
ATO NORMATIVO SOBRE
SANÇÕES APLICÁVEIS**



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

**ANEXO V – MODELO
REFERENTE A PLANILHA
DE PROPOSTA**

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

Informar razão social, CNPJ, endereço, e-mail e telefones

AO COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ – CNPJ: 96.291.141/0018-28

PROCESSO SEI nº 006.00121337/2026-38

PROCESSO SIAFEM CÓDIGO ÚNICO 20260282338

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 380117-90008/2026

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____/____/____

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DO KIT DE HIGIENE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTE COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ, COM ENTREGA PARCELADA, NO COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ – PENITENCIÁRIA “DR. WALTER FARIA PEREIRA DE QUEIROZ ”- (UNIDADE 1).

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO BEC	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Valor total geral da proposta:

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

- Informar agência e conta corrente no **Banco do Brasil** (EXCLUSIVAMENTE)

(Local e data).

(Nome/CPF/assinatura do representante legal)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 380117-90008/2026, Processo SEI nº 006.00121337/2026-38, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-Ce se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)